

Apresentação

A presente publicação reúne contributos apresentados no *Colóquio Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas*, realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nos dias 13 e 14 de Novembro de 2008, por iniciativa do Observatório das Actividades Culturais (OAC).¹ Quando nos questionámos sobre a temática do colóquio – e porque os desafios *prospectivos* têm constituído uma preocupação do OAC –, decidimos que poderia ser interessante explorar possíveis «novos trilhos culturais» que andarão de braço dado com novos rumos societais. Isto tanto a nível das *práticas* quanto das *políticas*. Por exemplo, nas vagas de novas correntes sócio-culturais tem-se dado uma crescente valorização das práticas culturais nas suas múltiplas latitudes. Aliás, a Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade (Lei n.º 26 305/2007) aponta para uma realidade que é tecida de crescentes colorações culturais a nível das *práticas*. E, a nível das *políticas*, quais os mecanismos de promoção ou gestão da diversidade cultural? Em que medida as políticas culturais que apostam na inviolabilidade da diversidade cultural não poderão perversamente contribuir para um atrofamento das trocas culturais? Deverão as políticas culturais orientar-se para a salvaguarda da tradição ou apostar na inovação? Ou será esta uma falsa questão? E deverão fomentar uma cultura da inovação ou uma inovação da cultura?

A questão da *democratização cultural* continua a marcar a agenda das políticas públicas, dada a persistência das desigualdades sociais no acesso à cultura. As políticas culturais têm dirigido a maior parte dos seus esforços para assegurar um incremento da oferta cultural, nomeadamente a

¹ O Observatório das Actividades Culturais foi criado em 1996, em resultado de um protocolo estabelecido entre o Ministério da Cultura, o Instituto Nacional de Estatística e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Informações sobre a actividade do Observatório podem consultar-se em: www.oac.pt.

Novos Trilhos Culturais

nível dos museus e da música erudita. No entanto, será que a oferta cultural, por si só, é garantia de uma democratização de acesso aos bens culturais? Há democratização cultural sem públicos da cultura? Na medida em que os públicos da cultura não nascem mas se fazem, qual o lugar das práticas culturais na formação ou sensibilização dos públicos da cultura? Que relações estabelecer entre os públicos e as políticas de cultura? Em que públicos pensamos quando falamos de políticas públicas de cultura? Desculpem-me a inquietação, mas por vezes as políticas culturais parece orientarem-se por uma filosofia de *corretor de bolsa* que Keynes tão bem caracterizou: adivinhar o que a maioria da opinião pública pensa sobre o que a maioria da opinião pública poderá pensar. O problema é que em boa parte da opinião pública a cotação da vulgaridade e do mau gosto sobe assustadoramente. Aliás, se ligarmos a televisão, arriscamos a assistir, em directo, a repetitivos *crashes* culturais. E não apenas os telespectadores são vítimas. A língua portuguesa é diariamente maltratada e a sua gramática, como uma bola de futebol, é permanentemente alvo de biqueiradas.

Com muitas outras questões nos podemos confrontar ao reflectirmos sobre os *novos trilhos culturais*. Como evitar que as indústrias culturais se transformem em meras indústrias de entretenimento? Embora as políticas governamentais possam e devam ser públicas, em que medida é que essas políticas não estarão sujeitas a processos de governamentalização? Onde está o público das políticas públicas? Como fazer públicas as políticas públicas? Qual o papel da cultura na recuperação do espaço público, nomeadamente nas cidades? O desafio do desenvolvimento cultural joga-se no Estado ou na sociedade civil? Que efeitos poderão derivar de apostas centralistas, embora mitigadas por pressões descentralizadas de afirmação regional, como acontece na Europa mediterrânica, em particular na Espanha e na Itália? Que evidências resultam do contraste de políticas mais ou menos centralizadas ou descentralizadas, ou mesmo delegadas em fundações ou organismos autónomos que actuam à distância – *at arms length* –, como acontece nos países escandinavos? Que estratégias seguir para melhor captar os apoios do mecenato? E como evitar que seja o mecenato a determinar o que é culturalmente relevante? Enfim, esta é uma pequeníssima amostra de muitas das interrogações que poderão despontar nos nossos debates.

Os textos das comunicações foram agrupados em cinco partes, embora, em cada uma delas, nem sempre estejam arrumados pela ordem das exposições orais que lhes serviram de suporte. Com efeito, na organização desta publicação procedeu-se a um reordenamento da sequência

Apresentação

das comunicações a partir de dois critérios principais: o da relativa *afinidade* (em termos das problematizações teóricas) e o da *abrangência* – neste caso, os textos de amplitude mais generalista posicionaram-se, regra geral, como intróitos aos de escopo mais específico.

Assim aconteceu na parte I deste volume, onde a temática proposta para discussão foi a da «Novas valências da cultura». Os dois primeiros contributos são sobrevoos panorâmicos de arroteamentos do campo cultural. Maria de Lourdes Lima dos Santos – em «Novas valências da cultura: uma panorâmica com três vertentes a duas dimensões» – privilegia, de facto, três vertentes de análise: (a) as actividades culturais e artísticas e respectivos mercados; (b) a recepção/consumo de bens e serviços culturais; (c) a agenda de políticas culturais. Cada uma dessas vertentes é problematizada a partir de duas dimensões analíticas que permitem acentuar algumas tendências no campo das novas valências da cultura, quer de ordem mais estrutural (no caso da primeira dimensão), quer de ordem mais comportamental e representacional (no caso da segunda dimensão). Arturo Rodríguez Morató, na sua apresentação sobre «A metamorfose do valor cultural na sociedade contemporânea: desafios e paradoxos», mostra-nos que, embora o valor da cultura seja único e exclusivo, nela acaba por se manifestar uma pluralidade de valores cuja compatibilidade não deixa de ser sociologicamente questionável. O artigo procura clarificar o significado histórico da nova pluralidade valorativa que atravessa o campo cultural, situando os contextos explicativos das mudanças mais significativas que se têm registado e analisando alguns desafios e paradoxos decorrentes, nomeadamente a nível das políticas culturais. Os textos que se seguem encontram-se mais focalizados em temáticas específicas. O título da comunicação de João Teixeira Lopes, «Da cultura como locomotiva da cidade-empresa a um conceito alternativo de democracia cultural», anuncia a possibilidade de um modelo alternativo de usos da cultura quando esta aparece como um engodo para apregoados «planeamentos estratégicos» ou para a fabricação artificiosa e palavrosa de consensos que acabam por transformar as cidades em redundâncias retóricas e semióticas ou numa espécie de mercadoria culturalizada. Oportunidade que é tomada para discutir as complexas relações que se têm vindo a estabelecer entre cultura, economia e políticas culturais públicas. Finalmente, José Madureira Pinto, com o texto «A sociologia no terreno como criação cultural», convida-nos a reflectir não apenas sobre as possibilidades de objectivação dos processos de pesquisa observacional enquanto trocas simbólico-culturais, mas também sobre as possibilidades de criação cultural que, através dessas trocas, podem ser exploradas participativa-

Novos Trilhos Culturais

mente com os cidadãos observados. O convite – estimulante – é particularmente estimulado pela exploração de um novo trilho de observação na revisitação que o autor empreende a uma colectividade local do Noroeste de Portugal que tivera oportunidade de pesquisar há cerca de quatro décadas: o recurso à filmagem, pretexto para ver como as personagens do documentário nele se revêem e como as memórias identitárias podem, afinal, ser reflexivamente questionadas a partir do presente.

Na parte II deste livro reúnem-se contributos em torno de uma outra temática que foi proposta para reflexão: «Criação/produção cultural e artística: novos contextos e novas relações». Helena Santos avança com uma «Revisita ao conceito de artes médias: hibridização, intermediação, hierarquização» com o propósito de problematizar a relação entre a construção e reprodução social das hierarquias artísticas e, por outro lado, o modo como essas mesmas hierarquias são interiorizadas ou contestadas num contexto de mudança social que justifica o questionamento dos processos contemporâneos de hibridação e intermediação artística, num marco de valências que se expressam, sobretudo, em ambivalências. O híbrido é também explorado no contributo de Cláudia Madeira, «O papel do ‘acidente’ no pequeno mundo da arte híbrida». Acidente e intenção são as variáveis jogadas na equação da formação do «artista híbrido», equação para a qual são convocadas outras variáveis, como os métodos de produção artística, os objectos e processos artísticos e a própria recepção. O «acidente» não é desprezável ao constatar-se que os artistas o admitem, sem rodeios, não apenas nos seus percursos como na própria forma de criar. O texto de Rui Telmo Gomes, «Emprego, democratização cultural e formação de públicos», apoiado numa pesquisa recente do OAC, propõe uma reflexão sobre dois tópicos principais: emprego e profissão no domínio da cultura e, por outro lado, formação de públicos e serviços educativos. São também avaliadas as principais tendências de desenvolvimento do sector cultural ao longo da última década, destacando-se o acentuado crescimento do sector cultural, quer no que respeita ao valor económico da produção cultural, quer no que toca ao volume de emprego relativo às actividades culturais ou ao crescimento da frequência de equipamentos culturais. O texto de Idalina Conde, «Arte, cultura, criatividade: diferentes narrativas», transporta-nos ao palco das danças narrativas, em toda a sua ambiguidade e ambivalência: contraditórias e complementares; retóricas e analíticas, expressivas e instrumentais. Como é que as narrativas polissémicas em torno da criatividade, da arte e da cultura se articulam com as narrativas sociológicas? Como é que estas ganham substância conceptual na análise de cartografias culturais com diferentes conteúdos e recortes?

Apresentação

A temática em discussão na parte III, «A cultura, os *media* e as novas tecnologias», começa com um texto de José Luís Garcia sobre «Bioarte, biotecnociência e metacriação» que nos mostra como na «bioarte» podemos encontrar um novo trilho de formas de expressão e de práticas estéticas. Ancorada a um contexto de liminaridade entre a arte e a biotecnociência, a bioarte é apresentada como uma possibilidade de renovação da arte, o mesmo acontecendo com outras expressões estéticas que têm vindo a ser designadas como «artes da informação», «infoartes» ou «ciberartes». Interessante é verificar como estas novas artes exploram novos métodos que dialogam com linguagens aparentemente estranhas à arte, como acontece ao constatar-se que a inspiração artística brota de procedimentos laboratoriais do universo das biotecnociências. Patrícia Gouveia propõe-nos uma reflexão sobre «*Playable media*, como gerar sistemas e plataformas de cooperação na rede?». O que está em jogo é a exploração de novas possibilidades de escrita criativa e artes interactivas em ambientes lúdicos (de competição ou cooperação) que geram ou reforçam pertenças sociabilísticas e identitárias. Estamos, na verdade, perante tribos digitais, por recorrerem a artes lúdicas de suporte digital (*playable media*), que asseguram novas formas de participação e fruição artísticas, na base de autorias partilhadas e cooperantes. Com outro foco de interesse, o texto de José Soares Neves, «Práticas de leitura e uso da internet: uma relação cumulativa ou de soma nula?», interroga possíveis efeitos na leitura das edições impressas provocados por uma crescente generalização das novas tecnologias. Que correlações se podem estabelecer entre a leitura em suporte digital e as tradicionais práticas de leitura ou mesmo os consumos de televisão? Problemática semelhante, tendo por universo de estudo o país vizinho, é abordada por Antonio Ariño Villarroya: «Cultura mediada, diversidade e estratificação social: para uma sociologia das práticas culturais em Espanha». Mais uma vez surge a interrogação sobre o impacto dos novos modos de comunicação hegemónicos (audiovisuais e, mais recentemente, digitais) nas práticas culturais. O autor aborda ainda possíveis transformações na relação entre estrutura social e estilos de vida caracterizados por diferentes gostos ou práticas culturais.

Independentemente de as políticas culturais serem afloradas em vários textos da presente publicação, é na parte IV que a temática – «Políticas culturais e desafios actuais» – se toma por objecto central de reflexão. O contributo de Orlando Garcia, «Contradança», tem o condão de criar uma atmosfera propícia ao surgimento de outros modos, porventura rebeldes, de reflexão. Embora o autor afirme o seu relativo descomprometimento com as políticas culturais, acaba, à sua maneira, por as «imiscuir»

Novos Trilhos Culturais

no campo de acção sócio-cultural a que se tem dedicado, acabando por colocar vários desafios às políticas culturais, em focalizações que se apresentam como prospectivas e geradoras de novos trilhos. Vanda Lourenço e Teresa Martinho centram bastante mais as suas propostas. A primeira, num texto sobre «Cultura e educação: desafios de uma política partilhada», reflecte sobre o alcance das políticas intersectoriais quando na articulação entre cultura e educação surge a possibilidade de se achar a chave de abertura a uma maior acessibilidade ao ensino das artes e à democratização da procura cultural por efeito da formação de públicos. A segunda, no texto «Trabalho no sector cultural – dois tópicos em foco: flexibilidade e regulação», apresenta reflexões em torno de uma pesquisa recente do OAC em que se caracteriza o trabalho e o emprego em diferentes domínios culturais, nomeadamente o acesso à profissão, os regimes de trabalho e os mecanismos de protecção social. Apresenta um balanço das oportunidades, mas também das desigualdades, que a flexibilidade das lógicas de trabalho suscita, principalmente quando se regista uma debilidade nos instrumentos de regulação do mercado de trabalho e uma ausência de certificação profissional. Esta parte IV do livro fecha com uma reflexão de Antonio Albino Canelas Rubim que nos dá a possibilidade de reflectir sobre as «Políticas culturais e novos desafios» – assim intitulou a sua intervenção – em termos de um balanço dos principais impulsos registados, na senda dos quais a transversalidade e a diversidade cultural são essenciais para entender esses novos desafios. Desse modo, defende o autor, as políticas culturais deverão saber articular várias dimensões (nacionais e regionais, locais e globais) e diferentes agentes culturais (municipais, nacionais ou supranacionais: do Estado, da sociedade civil ou do mundo empresarial), para além da sua necessária abertura a diferentes esferas de interlocução (educação, turismo, saúde, etc.).

Por último, na parte V, a questão de encerramento era «Que destaques nos novos trilhos da cultura?». Carlos Fortuna centrou a sua intervenção na cidade, «Novos trilhos da cultura: como não falar da cidade?», sendo certo que é sobretudo nela que se exercita a cultura e se faz a nossa identidade. De facto, desde os anos 80 que, em Portugal, poderes públicos e empreendedores privados têm apoiado diversos projectos culturais que tomam a cidade como palco de intervenção. O autor reivindica a necessidade de avaliação dessas intervenções, contrastando êxitos e fracassos, a partir de estudos de caso. Reivindica também a necessidade de uma rotação conjugada de práticas culturais e práticas políticas no trilho de uma possível «democracidade», desafio por explorar. Augusto Santos Silva convida-nos, finalmente, a uma derradeira reflexão: «O poder, um

Apresentação

novo trilho na análise cultural?». Para tanto, aponta o conceito de poder como um dos trilhos mais prometedores para a interpretação da cultura, sugerindo, por outro lado, que a própria abordagem cultural é o melhor dos caminhos para chegar a uma mais esclarecedora definição do conceito de poder. E por esse caminho o acompanhamos em reflexões sociológicas profundas sobre «formas de dominação», «lugares e ensejos de poder» e «actores com poderes», dimensões de um jogo cultural cujo desenlace não se encontra predeterminado por qualquer suposta dominação hegemónica, pois, como sugere o autor, o poder cultural é por natureza relacional, daí jogar-se num terreno de disputas e acções estratégicas, num campo de confronto de identidades múltiplas e cruzadas, embandeiradas por diferentes referências e intensidades simbólicas. Nesta última sessão tivemos ainda estimulantes intervenções de Augusto Mateus e de Manuel Villaverde Cabral. No entanto, apesar de termos registos gravados dessas intervenções, não foi possível publicá-las. Num assomo de prudência que não é de mais registar, por relevar uma atitude ética e pedagógica sobre o publicável, Manuel Villaverde Cabral escreveu-me recentemente o seguinte *e-mail*, que reproduzo com sua permissão: «Infelizmente, ainda não vai ser desta que arranjo tempo para escrever um texto que me satisfaça acerca das minhas ideias em sociologia da arte e da cultura. É um tema demasiado importante para mim e não quero escrever «uma coisa qualquer». O desabafo dá que pensar numa época em que os critérios do que *vale a pena* publicar – critérios de valor – aparecem submergidos por uma descontrolada ânsia de publicação.

Para finalizar, queria referir que a ideia da realização do colóquio de que agora se publicam as comunicações surgiu-me quando a Maria de Lourdes Lima dos Santos, presidente do OAC (Observatório das Actividades Culturais), em onze dos seus treze anos de existência, me passava o testemunho da direcção do mesmo por jubilação. Pensei que a iniciativa poderia ser um pretexto para lhe prestarmos uma justa homenagem por tudo quanto fez no OAC e pela sua produção científica no campo das actividades culturais. Quando lhe falei da ideia, adivinhando-me segundas intenções, logo me disse que achava interessante a realização do colóquio desde que o mesmo não se revestisse de outros propósitos. Na verdade, o que aconteceu foi um encontro científico, mas não foi possível apagar o sentimento de gratidão de todos quantos, tendo participado no colóquio e conhecendo a enorme dedicação da Maria de Lourdes Lima dos Santos ao OAC e o impulso inquestionável que deu ao desenvolvimento da sociologia da cultura em Portugal, se sentiram na obrigação de o afirmarem publicamente.

Novos Trilhos Culturais

Uma nota final de agradecimentos. Desde logo ao José Madureira Pinto e ao António Firmino da Costa por, enquanto membros da comissão científica deste colóquio, nos terem ajudado – a mim e à Maria de Lourdes Lima dos Santos – a montar a estrutura do mesmo. Agradecimentos são também devidos aos moderadores das sessões de trabalho – José Bragança de Miranda, Alexandre Melo, José Rebelo e António Firmino da Costa – e, claro, a todos os que apresentaram comunicações e ao público que, da plateia, confirmou que o acto de assistir não é de modo nenhum passivo. Otto Pereira, da Orquestra da Gulbenkian, concedeu-nos a oportunidade de, por breves mas deliciosos momentos, nos abandonarmos à fruição da cultura na sua expressividade musical, mostrando-nos o que todo sabemos: que a cultura é boa para pensar e desfrutar. Por outro lado, a colaboração da Margarida Bernardo (ICS) e da Alexandra Rosa (OAC) foi dedicadíssima no secretariado do encontro. Agradecimentos finais à Fundação da Ciência para a Tecnologia e à direcção do Instituto de Ciências Sociais pelo apoio relevante dado à realização desta iniciativa.

José Machado Pais